

## **MEMÓRIAS, DEBATES E PRODUÇÕES: tecendo alguns debates acerca das ações afirmativas no Ensino Superior**

Sandra Regina de Souza Marcelino<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo fazer um breve resgate da implementação da política de cotas na sociedade brasileira e a luta do movimento negro pela democratização e acesso de negros no ensino superior. Dividido em três momentos, no primeiro dialogamos com o passado e o presente da política de cotas; em seguida, resgatamos a experiência pioneira da UERJ e da PUC- Rio narrada em pesquisas, e por fim, apresentamos algumas produções acadêmicas do Centro de Educação e Humanidades e do Centro de Ciências Sociais do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UERJ) datadas entre 2012-2022. As cotas no discurso brasileiro tornaram-se a principal expressão das políticas de ação afirmativa permeada do discurso falacioso do mito da democracia racial e do princípio do mérito. Desde modo, concluímos que a chegada cada vez mais crescente dos “improváveis” nas universidades desestabilizou a ordem, problematizou as equações desiguais instituídas nas relações de poder, contribuiu com as experiências curriculares plurais trazendo para dentro e fora das salas de aula a recomposição epistêmica e os debates acerca da racialização das relações e lugares de poder.

**Palavras-chave:** Ação Afirmativa; Ensino Superior; Racismo; Movimento Negro.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas (Educação) pela PUC-Rio; Mestre em Serviço Social (PUC-Rio). Professora Substituta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ). Integrante do GEABE (Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação) vinculado à FAETEC/Escola Técnica Estadual João Luiz do Nascimento em parceria com o LEAFRO (Laboratório de Estudos Afro-brasileiro/UFRRJ). Integrante do GECEC - PUC-Rio (Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9243-2868>. E-mail: [srsandraregina3@gmail.com](mailto:srsandraregina3@gmail.com).

## **MEMORIES, DEBATES AND PRODUCTIONS: weaving some debates about affirmative action in higher education**

### **Abstract**

The present article aims to briefly review the implementation of the quota policy in Brazilian society and the struggle of the black movement for democratization and access of blacks in higher education. Divided into three moments, in the first we dialogue with the past and the present of the quota policy; next, we rescue the pioneering experience of UERJ and PUC- Rio narrated in research, and finally, we present some academic productions of the Center of Education and Humanities and the Center of Social Sciences of the Digital Bank of Theses and Dissertations (BDTD/UERJ) dated between 2012-2022. Quotas in the Brazilian discourse have become the main expression of affirmative action policies permeated by the fallacious discourse of the myth of racial democracy and the principle of merit. Thus, we conclude that the ever-increasing arrival of the "improbable" in universities has destabilized the order, problematized the unequal equations instituted in power relations, and contributed to plural curricular experiences by bringing into and out of the classroom the epistemic recomposition and debates about the racialization of power relations and places.

**Keywords:** Affirmative Action; Higher Education; Racism; Black Movement.

## **MEMORIAS, DEBATES Y PRODUCCIONES: tejiendo algunos debates sobre la acción afirmativa en la educación superior**

### **Resumen**

El presente artículo tiene como objetivo repasar brevemente la aplicación de la política de cuotas en la sociedad brasileña y la lucha del movimiento negro por la democratización y el acceso de los negros a la educación superior. Dividido en tres momentos, en el primero dialogamos con el pasado y el presente de la política de cuotas; a continuación, rescatamos la experiencia pionera de la UERJ y la PUC- Río narrada en la investigación, y finalmente, presentamos algunas producciones académicas del Centro de Educación y

Humanidades y del Centro de Ciencias Sociales del Banco Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD/UERJ) fechadas entre 2012-2022. Las cuotas en el discurso brasileño se han convertido en la principal expresión de las políticas de acción afirmativa impregnadas del discurso falaz del mito de la democracia racial y del principio del mérito. Así, concluimos que la llegada cada vez mayor de los "improbables" a las universidades desestabilizó el orden, problematizó las ecuaciones desiguales instituidas en las relaciones de poder, contribuyó con experiencias curriculares plurales trayendo dentro y fuera de las aulas la recomposición epistémica y los debates sobre la racialización de las relaciones y lugares de poder.

**Palabras clave:** Acción Afirmativa; Educación Superior; Racismo; Movimiento Negro.

### **INTRODUÇÃO: Convite a uma breve viagem...**

Caro leitor(a), convido você a me acompanhar em uma breve viagem no que tange alguns dos inúmeros debates levantados acerca da política de ação afirmativa na educação brasileira. É certo que, nesta travessia, devido a necessidade de síntese, o nosso limitado roteiro passará por três momentos. O primeiro é o diálogo entre o passado e o presente da política de cotas; o segundo, a experiência pioneira da Uerj e da PUC- Rio narrada em pesquisas e o terceiro momento apresenta algumas produções acadêmicas datadas do período de 2012-2022, decurso que marca o decênio da Lei 12. 711/2012. Defendemos a necessidade de recontar o passado para compreender as conquistas de hoje e ao mesmo tempo, manter a vigilância frente aos desmontes dos direitos em tempos sombrios.

Na conjuntura nacional marcada pelo caos em que estamos vivendo nesses últimos seis anos, o cenário de sucateamento da educação, os retrocessos nas pesquisas devido aos cortes de verbas públicas, bem como os repetidos ecos contrários ao que diz respeito a legalidade das cotas para o ingresso no ensino superior, a política de ação afirmativa (PAA) nas universidades e institutos federais vêm resistindo ao completar dez anos em 2022. O racismo e o preconceito disfarçados de dúvidas, de medo, de

questionamentos acerca da qualidade e do nível do ensino foram respondidos ao passar dos anos pelos altos níveis de aproveitamento e resultados dos “novos corpos universitários” estigmatizados como “cotistas”.

São inegáveis o peso e a importância que as pesquisas sobre o tema das cotas e seus desdobramentos têm corroborado para pensar a respeito da população negra e demais grupos sociais nas universidades. Com a democratização do ensino superior e o reflexo da luta dos movimentos negros sobre as questões raciais, reconhecimento e pertença racial, mais jovens têm se declarado pretos ou pardos e mudado a cor monocromática das universidades, bem como, têm pressionado os departamentos a descolonizar e empretecer os currículos. Seriam as cotas inválidas e promotoras de racismo? Deveriam ter prazo de validade? Em um cenário de educação básica, segundo o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), os alunos negros no Brasil ainda são duas vezes mais reprovados que os brancos e tem trajetórias escolares mais acidentadas. A população negra já nos anos iniciais está fadada a fracassar? Embarquemos.

A universidade pública foi escolhida como lugar para o desenvolvimento de pesquisa por constituir-se em possível via de ascensão social, segundo Teixeira (2003, p.35). Nesta mesma compreensão, o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 já trazia em sua agenda reivindicatória a inserção de negros nas universidades. Fato esse que só veio acontecer oficialmente enquanto política pública pela via da ação afirmativa somente em 2012 e, ao longo desse tempo, se travou uma luta com avanços, recuos e estratégias. Contabiliza-se muitos anos de luta e reivindicações levantadas pelos movimentos negros em uma tessitura de pautas que acompanhavam o desenvolvimento do país mirando reparações frente as desigualdades sociorraciais.

Vale lembrar o memorável ano de 1995 em que várias entidades negras se reuniram em Brasília em uma marcha e foi entregue ao Presidente da República Fernando Henrique, um documento que denunciava o racismo e a exclusão da população negra. Entre os vários pontos sinalizados referentes à educação, o movimento negro reivindicava um programa de combate ao

analfabetismo, bolsas de estudos para a população de baixa renda, bem como a garantia de permanência e conclusão de estudantes negros no que podemos chamar hoje de educação básica. Outra exigência era o desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (SANTOS, 2007).

Em 1996, aconteceu o Seminário Internacional de Multiculturalismo durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a primeira vez que o governo brasileiro assumiu a desigualdade existente via recorte racial. Foi então o primeiro passo para a desmistificação da democracia racial e a necessidade de promover políticas públicas neste sentido. Nas palavras de Santos (2003, p.86), “ (...) no Brasil não somos cegos à cor/raça dos indivíduos, mas ao racismo e às suas consequências”.

Em 2001, com a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do Sul, o Brasil voltou com o “dever de casa” de tomar medidas concretas visando a equidade frente as desigualdades raciais no país, implantando políticas específicas para grupos que até então tinham sido historicamente discriminados e direitos negados. O compromisso assumido em operacionalizar as resoluções de Durban possibilitou, principalmente, mudanças nas políticas educacionais. Na conjuntura deste debate e passados vinte e um anos desses primeiros e insistentes passos, hoje as ações afirmativas é uma realidade nacional mediante a todos os embates contra e a favor que se instituíram a época e seguem até os dias de hoje.

Seguimos a nossa viagem neste tempo presente com a intensificação do abismo educacional entre negros e brancos, pois de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019), o número de brasileiros acima de 25 anos que não concluíram o ensino básico, ou seja, fundamental e médio chega a marca de 51,2% que representa 69,5 milhões de pessoas. Dentre esses, pretos e pardos compõe o maior percentual, seja no que tange a evasão, seja no analfabetismo, refletindo assim em um ciclo de severas desvantagens de expectativas de vida e de mobilidade social.

Diante destes dados que revelam a violenta estratificação educacional brasileira, é importante destacar a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 que mudou o rumo da história mundial, chegou em terras brasileiras aumentando mais o abismo social, educacional e econômico nas interconexões de gênero, raça e classe. Neste panorama, um dos reflexos que gerou muita discussão foi a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020 que aconteceu em janeiro de 2021. O que estava em jogo, na arena do debate, era o déficit de aprendizado frente ao cenário de um ano e meio de ensino remoto em que os estudantes das escolas públicas foram os mais atingidos devido a precariedade no que tangia o acesso à internet e aparelhos tecnológicos para estudar e acompanhar as aulas. Esta defasagem implicaria significativamente nos resultados para o ingresso no ensino superior e consequentemente prevaleceria o critério de seletividade das universidades públicas.

Cabe dizer, que todas as avaliações de larga escala no Brasil, tais como o ENEM e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), se constituem excludentes mediante as desigualdades do ensino nas redes públicas em relação as privadas; mesmo assim, o Enem tem se tornado uma porta de entrada importante para o acesso de jovens ao ensino superior nas universidades públicas por meio de programas que utilizam a nota como critério de seleção, tais como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), e no caso das particulares, o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

De acordo com os micros dados de inscritos no ENEM 2021, o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP) sinalizou que houve uma acentuada redução de participantes pretos, pardos e indígenas, conforme reportagem publicada no site do Jornal O Globo em junho de 2022. A mesma ênfase foi dada pela professora Márcia Lima (USP) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que vem observando em suas pesquisas a queda de participação desses grupos raciais no exame.

É importante ressaltar que o decréscimo de negros e indígenas no acesso e permanência no sistema de ensino superior reflete no desmonte de

toda a luta pioneira do movimento negro e do Projeto de Lei 1332/83 de autoria do então deputado Abdias Nascimento que propunha a reserva de 20% de vagas nas universidades públicas para estudantes negros, bem como outras formas de inclusão racial.

Na atual conjuntura, apesar da pesquisa “Desigualdades Sociais por cor e raça no Brasil” (IBGE, 2019) revelar que o índice de alunos pardos e negros matriculados em universidades públicas chegou a 50,3%, os jovens brancos na faixa etária de 18 a 24 anos têm duas vezes mais chances de estarem na universidade ou de concluírem o ensino superior, de acordo com os dados da Pnad (2019). Este retrato da desigualdade vem sendo legitimado nos diferentes pronunciamentos do atual governo do presidente Jair Bolsonaro e dos diferentes ministros da educação que passaram neste mandato.

O atual governo em pronunciamentos dados à TV Cidade Verdade, do Piauí, em 23 de outubro de 2018, quando, ainda candidato, demonstrou a sua posição preconceituosa e contrária às cotas. Na época, defendeu a extinção das ações afirmativas com a justificativa de que as cotas raciais no Brasil eram totalmente equivocadas, reacendendo o mito da democracia racial na frase “Nós somos todos iguais perante a lei. Somos um só povo”, referindo assim que as ações afirmativas dividiam a sociedade.

Considerando que a universidade é um “artigo de luxo”, o Ministro da Educação Ricardo Vélez, em 2019, afirmou sem qualquer constrangimento que “A ideia de universidade para todos não existe... As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”, fala esse publicada nas diferentes mídias e redes sociais. De acordo com dados publicados no Portal Brasil (2016) a partir das informações socializadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) entre 2013 a 2015, cento e cinquenta mil negros ingressaram em universidades por meio cotas.

Ainda que lei de cotas (Lei 12.711/2012) seja uma medida constitucional que estabeleceu reserva de vagas em Universidades e Institutos Federais para pessoas negras, indígenas e oriundas de escolas públicas, em 2019 o Ministro da Educação Abraham Weintraub, antes de deixar o cargo e

fugir para os Estados Unidos, revogou a Lei acabando com cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação. Neste cenário de constantes desmontes, várias ações dos movimentos negros garantiram que o Ministério da Educação anulasse a decisão do ex-ministro.

A exemplo, uma pesquisa realizada no mês de junho de 2022 pelo Instituto Datafolha e pelo “Jornal Folha de São Paulo com 2.090 pessoas de 13 municípios, os dados indicaram que 50% da população brasileira é a favor das cotas raciais em universidades públicas, frente a 34% que se colocaram contra e 3% que se mostraram indiferentes e 12% que não souberam responder. Há de ressaltar que a aprovação veio, sobretudo, de um público com o perfil mais jovem, escolarizado, com pertença étnico-racial e contrário aos pensamentos defendidos pelo governo Bolsonaro.

Os discursos e ações contrários às cotas reforçam a ideologia seletiva do nosso país frente à educação superior e mesmo com a expansão do ensino, a desigualdade efetivamente mantida (RIBEIRO, 2011) dos sistemas educacionais no Brasil ainda se consolidam na manutenção da díade raça-classe. Todavia, a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) prevê a elevação de matrículas no ensino superior para 33% da taxa líquida da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

## **UMA BREVE MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UERJ E NA PUC-RIO NARRADAS EM PESQUISAS**

Nesta sessão, caro leitor, vamos percorrer uma breve memória da experiência de duas universidades do Rio de Janeiro: A Uerj que deu um salto pioneiro no que tange as políticas de ação afirmativa no ensino superior e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Apesar desta última ser privada, ela abriu as portas, ainda no início dos anos de 90, para receber alunos oriundos dos Pré-vestibulares comunitários para negros e carentes (PVNCs).



O começo das primeiras iniciativas de ação afirmativa pela via das Cotas raciais nas universidades públicas gerou muito debate e descontentamento de segmentos privilegiados da sociedade brasileira, cujo desejo era a manutenção do status quo dominante. A entrada de negros nas universidades foi o resultado de uma luta secular pelo acesso de negros à escolarização básica, compreendo assim que a educação formal, nas palavras de Bastide e Fernandes, era a “segunda abolição”, ou seja, uma das técnicas sociais empregadas para promoção de mobilidade social vertical, superando a condição de excluídos ou miseráveis (BASTIDE e FERNANDES, 1955; FERNANDES, 1987; SANTOS, 2005).

Nos anos 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a Lei nº 3.524/2000, que introduziu alterações nos critérios de acesso às universidades estaduais fluminenses e reservou 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas. Um ano depois, foi aprovada a Lei nº 3.708/2001 que determinava a reserva de 40% dessas vagas destinadas às pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tornou-se a primeira instituição do país a adotar o sistema de cotas em seu vestibular com reserva de vagas para estudantes das escolas públicas fluminenses, negros e pardos em seu vestibular no ano de 2004. No mesmo ano, a Universidade de Brasília (UnB) adotou no seu segundo vestibular um sistema de cotas, tornando-se a primeira instituição pública federal e a pioneira ao aprovar a reserva de vagas exclusivamente para estudantes negros(as). É importante chamar a atenção para o fato de que esta ação mudou o cenário universitário brasileiro e não faltaram polêmicas a respeito da legitimidade das cotas.

Sobre tais situações, ressalto que a querela em relação às ações afirmativas decorre de um olhar classista e racista em associar esta política apenas às cotas raciais, apesar de ser a maior expressão no país, esta é apenas uma das diferentes intervenções a serem implementadas como “medidas reparatórias”.

A tese de doutorado apresentada por Daniela Valentim no ano de 2012 ao Departamento de Educação da PUC-Rio com o título “Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico”, retrata de forma legítima os desafios que os primeiros cotistas enfrentaram frente a uma desconfiança da capacidade intelectual dos novos alunos e a polêmica em relação a qualidade do ensino. Nesta intensa pesquisa, a autora analisou a trajetória e o estigma atribuído aos sujeitos beneficiados pela política. Diante de um cenário adverso ao habitual público frequentador da universidade, constituiu-se dentro e fora deste espaço uma série de debates e questionamentos em relação à capacidade acadêmica desses alunos.

Assim que a experiência da UERJ se tornou pública, parte significativa da grande mídia, especialmente dos jornais O Globo e a Folha de São Paulo, dos intelectuais, dos professores das universidades públicas, com destaque para os das universidades públicas paulistas e da UFRJ, se referiram a esses alunos, na maioria das vezes, como aqueles que, resumidamente, não teriam condições ou perfil para enfrentar, acessar, permanecer e concluir com êxito a experiência universitária. (VALENTIM, 2012, p.92)

É importante chamar a atenção para o fato de que esta ação mudou o cenário universitário brasileiro e não faltaram polêmicas a respeito da legitimidade das cotas. Os opositores à política sustentavam um discurso de desempenho acadêmico entre “cotistas” e “não-cotistas” e um efeito de uma queda da qualidade de excelência a qual a universidade era reconhecida. O que estava em jogo, de fato, era o racismo disfarçado de “temor” sobre a qualidade do ensino e isso acarretaria, a duras penas, uma mudança de comportamento por parte de toda a comunidade acadêmica.

O racismo no país “que não existia racismo” assinava publicamente a não concordância de negros no ensino superior. Assertivas, tais como, “as cotas ferem o princípio do mérito”, “as cotas vão instaurar conflitos raciais dentro da universidade”, “a qualidade acadêmica vai cair”, “o sistema de cotas faz justiça cometendo injustiças” foram repetidas doze anos depois no

marcante julgamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade da reserva de vagas para negros.

Valentim destaca o ponto fulcral dessa experiência: sobreviver frente ao estigma de ser “cotista”, principalmente racial e a luta pela permanência até a conclusão do curso. Sabemos que, ainda hoje, a questão da permanência na universidade ainda é um grande desafio para os estudantes, pois envolve uma rede de apoio financeiro, estrutural, social entre outros fatores. Estar na universidade e vivenciar toda a sua dinâmica e cultura requer disponibilidade e muitas vezes o estudante esbarra no desafio de conciliar a jornada de trabalho com a vida acadêmica.

Convém debater e refletir sobre as facetas da desigualdade expressa no querer fazer e poder fazer que define lugares e hierarquias sociais, demarcando em linhas invisíveis o “aluno parcial” e o “aluno integral”. Referência esta entre aqueles que podem usufruir de todas as atividades e oportunidades ofertadas para uma formação mais robusta, tais como grupos de pesquisas, palestras, encontros acadêmicos, aulas em outros departamentos, uso regular da biblioteca.

Algumas evidências ao longo desses dez anos já podem ser contabilizadas, haja vista, os grupos de pesquisas, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) e os significativos trabalhos acadêmicos apresentados em diferentes departamentos das universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas nos cursos de graduação ou pós-graduação.

Em outro contexto distinto do cenário anterior, o autor Reinaldo Guimarães (2007) traz em sua tese de doutorado defendida no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, o que aconteceu com estudantes beneficiados pela ação afirmativa desta universidade e provenientes dos pré-vestibulares comunitários. É importante destacar que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro iniciou em 1994, uma parceria Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) que já vinha desenvolvendo o projeto de inserção de estudantes negros e carentes nas universidades do país. Nos anos 90, a doação de bolsas de estudo na PUC passou a ser denominada “Bolsa de ação social”.

Segundo Clapp (2011, p.81), a doação de bolsas de estudo era uma atividade pontual. As bolsas eram destinadas a atender a vários perfis e diversas solicitações, como filhos de professores, alunos pobres, alunos de classe média, dentre outros. Essa prática começou em 1960 e foi passando por diversas transformações. Assim como na UERJ, com a chegada cada vez maior de estudantes de origem cultural, social e étnica diversa causou estranhamento diante de uma comunidade acadêmica branca que compunha a instituição (ALMEIDA, 2003; JARDIM, 2015).

De acordo com Candau (2002, p.5),

A cultura universitária não está acostumada a lidar com a diversidade social e cultural, tendo caráter monocultural, e reforçando os mecanismos de discriminação e preconceito vigentes na sociedade em relação às pessoas oriundas de camadas populares e afrodescendentes.

Na experiência da PUC-Rio, conforme destacou Clapp, os mecanismos de diferenciação funcionavam como mecanismos de exclusão, bem como, as dificuldades financeiras, o preconceito racial, social, de nota. Todavia, as práticas preconceituosas tinham um caráter “velado”, mas não invisível para contemplados pela bolsa de ação social.

Para Guimarães (2007), a entrada de estudantes negros, em maioria pobre, ao campus da PUC-Rio, começou a transformar a ecologia da universidade, não só no âmbito acadêmico, mas principalmente no âmbito das relações sociais e raciais da universidade. Apesar da política de bolsas acontecerem há mais de 25 anos, a universidade traz em seu histórico registros em teses, dissertações e na mídia, os conflitos acerca do quesito racial, como por exemplo, a publicação do Jornal “O Indivíduo” em 1997, de autoria de quatro estudantes que continha um artigo criticando a criação da “Semana da Consciência Negra”. Em 2018, a equipe da PUC-Rio foi punida por práticas racistas nos jogos jurídicos e, mais recentemente, no ano de 2021, o Diretório Central de Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro (DCE-PUC Rio) acusou um professor da pós-graduação por assédio moral, perseguição e racismo contra alunos negros e indígenas.

É imperioso dizer que a política de cotas, seja nos moldes das universidades públicas ou no modelo implementado pela PUC-Rio, é a chave-mestra necessária na sociedade brasileira para fins de um contrato social promotor de equidade e justiça social.

As experiências do ontem nos ajudaram a refletir hoje sobre os avanços e os retrocessos. A política de ação afirmativa no campo da educação desmistificou o que até então se achava uma cópia malfeita da experiência norte-americana. O racismo no Brasil revela que alguns corpos não são “bem-vindos” no tecido social e ocupar lugares de prestígio ainda é um desconforto para a elite dominante que utiliza o discurso do mérito para legitimar as desigualdades.

É importante chamar a atenção para o fato de que essas e outras experiências pioneiras acerca das políticas de ação afirmativa/cotas raciais contribuíram para significativas mudanças e debates sobre as questões e relações raciais no Brasil e no meio acadêmico. As cotas raciais trouxeram um alunado negro e mais crítico para dentro das universidades, com isso, a organização de coletivos e pautas negras esbarraram na branquitude formadora do corpo docente. Atualmente, algumas universidades já contam com alguns professores(as) negros(as), todavia, os cursos considerados socialmente de “maior prestígio”, a presença negra é exceção.

É certo que ainda precisamos avançar muito neste quesito, pois são inúmeras barreiras a enfrentar até ocupar este lugar. Sendo assim, o debate das cotas raciais deve estar acompanhado das condições propícias para a manutenção e permanência dos estudantes cotistas, seja na graduação ou na pós-graduação.

Essas reflexões ratificam com as provocações d’Adesky (2006, p.92) sobre os ardilosos argumentos do princípio do mérito acadêmico: “Estamos falando de mérito em relação a quê e em relação a quem? Se conseguirmos responder a esta dupla pergunta, evitaremos o risco de, em nome do mérito, humilhar, estigmatizar e negar o outro”.

Seguiremos nesta trilha adentrando as produções intelectuais apresentadas sobre a temática das ações afirmativas e suas contribuições para o universo acadêmico.

### **CONSIDERAÇÕES: Um breve desembarque para outras continuidades**

Pois bem, ao longo de algumas páginas fizemos um breve percurso de marcos importantes da história da implementação da política de ação afirmativa no sistema educacional brasileiro. Como pudemos notar, chegar até aqui necessitou de muitas mãos, discursos, desejos e principalmente luta e persistência para que o acesso da população negra ao ensino superior chegasse a marca que estamos hoje.

Nossa viagem está apenas no começo, o marco de dez anos das cotas nas universidades é o somatório de uma luta que começou a ser gestada na primeira metade século XX. De um lado, temos todos os exemplos da militância negra acendendo e espalhando a chama por meio de reivindicação de acesso à escolarização, vendo isto como um passaporte de ascensão social. A imprensa negra teve um papel importante publicando vários artigos incentivando o estudo e chamando atenção para a importância de aperfeiçoamento e instrução, de modo que, a entrada ao mercado de trabalho formal e acesso aos direitos tornasse uma realidade para a população negra.

Na contramão desse debate, o mito da democracia racial ganha novos contornos de velhos discursos: o do mérito e da incitação racial. De um lado, a mídia brasileira se dividiu entre posições contra e/ou a favor, algumas universidades adotaram mecanismos de heteroidentificação e medidas punitivas frente as fraudes. De outro lado, acompanhamos nestas últimas duas décadas a mudança do perfil de estudantes nas universidades, principalmente, nas públicas. A favela e a periferia, o analfabeto e a empregada doméstica têm visto seus descendentes tornarem-se advogados, médicos, professores, arquitetos, cientistas sociais, doutores, etc. Isso é o resultado de uma luta que vem de longe do movimento negro, pois as estatísticas e a política de morte implantada na sociedade brasileira cria,

além da profecia auto realizadora do fracasso, mecanismos de injustiças e desigualdades para demarcar o “lugar do negro”.

Do ponto de vista estrutural, a população negra, principalmente jovens negros na faixa etária de 15 a 29 anos, é a mais dizimada seja pelas mãos direta do Estado ou por outros mecanismos indiretos. A fome e o desemprego acirraram o fosso da desigualdade entre negros e brancos na atual situação de pandemia. O acesso e a permanência de negros e indígenas nos diversos níveis de escolaridade tiveram sérias afetações, o que conseqüentemente reduz as condições de uma possível mobilidade social.

Nesta breve viagem pudemos perceber que o cenário de ontem vem se repetindo na atualidade. Enfrentamos nesses últimos anos uma política de desmonte dos direitos sociais e de políticas públicas de promoção à igualdade e à equidade social. Os avanços de outrora, encontram-se na “corda bamba” de uma política racista e elitista que vivenciamos em tempos presentes. Fortaleceu o imaginário social do mérito como condições justas para o acesso ao ensino superior apagando a triste realidade que divide aqueles cuja estrutura socioeconômica e familiar proporcionam o acesso aos melhores lugares e os “outros”, cujo processo de escolarização possível vem fragmentado desde os anos iniciais e sua conclusão é incerta, quase uma loteria.

É importante chamar a atenção para intencionalidade das argumentações proferidas de setores elitizados e políticos a respeito da inconstitucionalidade das cotas, mesmo esta atendendo a todos os critérios constitucionais. Conforme ressalta Domingues (2005, p. 174), “opor-se às cotas e não apresentar nada de alternativa para enfrentar a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos no campo educacional é fazer o jogo do opressor.” O que vem movimentando as pedras deste “jogo social” é o questionamento dos espaços de poder secularmente branco, o debate da branquitude docente e discente, a problematização no que tange a monocultura do saber, a cosmovisão moderna hegemônica, a manutenção do status quo.

As experiências da UERJ e da PUC-Rio contribuíram para que jovens negros(as) e das camadas populares tornassem os primeiros de suas famílias a conquistarem o “quase inimaginável” diploma do ensino superior. A chegada cada vez mais crescente dos “improváveis” desestabilizou a ordem, problematizou as equações desiguais instituídas nas relações de poder, contribuiu com as experiências curriculares plurais trazendo para dentro e fora das salas de aula a recomposição epistêmica e os debates acerca da racialização das relações e lugares de poder.

As ações afirmativas enquanto bandeira da democratização do acesso à educação superior vem mostrando resultados satisfatórios frente a uma natureza histórica de desigualdades. Após a consolidação das cotas por meio da lei 12.711/12 e as leis 10.639/03 e 11.645/08 é possível observar profissionais negros(as) em profissões antes não vistas.

Caro(a) leitor(a), desembarquemos aqui com o compromisso de seguir viagem para adentrarmos em outras travessias que o debate das ações afirmativas nos conduzir. A autora Eliana Cavalleiro (2001, p.151) nos diz que “somente uma educação calcada na informação e no questionamento crítico das desigualdades sociais e problemas relacionados ao preconceito e a discriminação pode concorrer para transformação da sociedade que tem alijado muitos indivíduos do direito à cidadania”. Neste sentido, ressaltamos que a política de ação afirmativa é uma política pública, amparada no princípio constitucional da igualdade buscando tratar de modo diferenciado um grupo que teve menos acesso e oportunidades historicamente. Com efeito, esta política não é privilégio e cotas não é esmola, é uma restituição dos direitos negados e justiça social.

## REFERÊNCIAS

ADESKY, Jacques d'. *Anti-racismo, liberdade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Dautt, 2006.

ALMEIDA, Mônica Andrea Oliveira. *Políticas de ação afirmativa na universidade brasileira: a experiência do curso de graduação em Serviço*



*Social da PUC-Rio*. Revista O Social em Questão. Ano VII, nº 10, pp. 98-115, segundo semestre de 2003.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

CLAPP, Andréa. *Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

CANAU, Vera Maria. *Educação multicultural: tendências e propostas*. In: CANAU, Vera Maria (org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto de Souza Carneiro de. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. 276f. Tese. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. *Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. Eliane Cavalleiro (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *Ações afirmativas para negro no Brasil: o início de uma reparação histórica*. Revista Brasileira de Educação. Maio-agosto, nº 29, pp.164-176, 2005.

DINIZ, Edson Araújo. *Trajetória de estudantes universitários indígenas no estado do Rio de Janeiro*. 103f. Dissertação. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2016.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 3º Ed., 2 Vols., 1978 [1965].

GOMES, Gabriel Pinheiro de Siqueira. *A UERJ e as políticas afirmativas de reserva de vagas: democratização e acesso ao Ensino Superior (2002-2013)*. 120f. Dissertação. Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2017.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. *Ensino superior, trabalho e cidadania da população negra*. 241f. Tese. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2007.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2019*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12. Mai.2022.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil Socioeconômica*, n.41, p. 1-12. IBGE, 2019.

JARDIM, Tânia Horsth Noronha. *Destinos (im)prováveis: um estudo sobre o perfil e a trajetória pessoal e profissional de alunos egressos de Serviço Social, beneficiários da política de ação afirmativa da PUC-Rio*. 211f. Tese. Departamento de Serviço Social, 2015.

JÚNIOR, João Feres. *Ação afirmativa como política pública*. In: D'ADESKY, Jacques; SOUZA, Marcos Teixeira (orgs.). *Afro-Brasil II: debates e pensamentos*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, pp 23-32, 2021.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. *O Globo e as cotas raciais: debates e narrativas*. 226f. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.

MENDES, Maíra Tavares. *Acesso à universidade: dualismo, mérito e democratização em questão*. 277f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação - Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2016.

NASCIMENTO, Tarcília Edna Fernandes do. *As cotas na medicina: perfil, desempenho e percepções*. 239f. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2015.

PORTAL BRASIL. *Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas*. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>. Acesso em: 06 de jun. 2022.

PULICI, Mythe de Bribean San Martin. *A pesquisa acadêmica sobre ação afirmativa no Brasil: um estudo conceitual das teses e dissertações no período entre 1987 e 2010*. 115f. Dissertação. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

REIS, Gianne Cristina dos. *Mecanismos de combate às desigualdades raciais: um estudo de caso sobre o sistema de cotas da Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO)*. 204f. Tese. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2013.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil*. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, pp. 41 a 87. 2011.

SANTOS, Sales Augusto dos. *A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, pp. 21-42, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. 553f. Tese. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília (UNB), junho, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Ação afirmativa e mérito individual*. In: SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas. Políticas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, p-83-125, 2003.

SANTOS, Cyntia Roberta de Oliveira dos. *Os sentidos sobre Universidade Pública para estudantes cotistas egressos da Educação de Jovens e Adultos: o contexto da faculdade de formação de professores/UERJ*. 150f. Dissertação. Faculdade de Formação de Professores - Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.

SANTOS, Isabella Juliana Lopes dos. *Entre o claro e o escuro: um estudo sobre sistema de classificação de cor e ações afirmativas*. 104f. Dissertação. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.

SANTOS, Sabrina Albuquerque. *Ações afirmativas e assistência estudantil na Universidade: uma abordagem sobre as medidas de permanência da UERJ*. 172f. Dissertação. Faculdade de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2015.

SANTOS, Marcio André de Oliveira. *Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e Colômbia (1991-2006)*. 152f. Tese. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

SILVA, Adilson Geroncio da. *Lutando por novos espaços, construindo novos saberes: uma análise da política de cotas raciais no Brasil*. 155f. Dissertação. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Centro de Educação e Humanidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.

SILVA, Luana Rocha da. *A implementação da lei de cotas e a discussão da política de ações afirmativas no IFRS*. 150f. Faculdade de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2014.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

UNICEF. *Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação*. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2021.

VALENTIN, Daniela Frida Drelich. *Ex-alunos cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. 234f. Tese. Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2012.

VENTURINI, Anna Carolina. *Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão*. 318f. Tese. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2019.

**Recebido em: 02/07/2022**  
**Aprovado em: 19/12/2022**  
**Publicado em: 10/03/2023**